



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 30, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025**

**ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 303, DE 27 DE MARÇO DE 2024, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS DO QUADRO FUNCIONAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL, PARA INCLUIR REQUISITO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL AO CARGO DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar:

**Art. 1º.** O Anexo V – Manual de Atribuições dos Cargos Efetivos do Magistério Municipal da Lei Complementar nº 303, de 27 de março de 2024, passa a vigorar, no item referente ao cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, acrescido do seguinte requisito de habilitação:

“Requisitos adicionais de habilitação para o provimento do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil:

I – comprovação de certificado de conclusão de curso de formação continuada na área de Educação Especial e Inclusiva, com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas, reconhecido pela Secretaria Municipal de Educação.”

**Art. 2º.** A exigência prevista no art. 1º desta Lei Complementar deverá constar expressamente dos editais de concurso público e de processo seletivo





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

simplificado destinados ao provimento de vagas ou à contratação temporária para o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil.

**Art. 3º.** Fica autorizada a Secretaria Municipal de Educação a expedir normas complementares para a regulamentação da formação prevista no art. 1º desta Lei Complementar, especialmente quanto à comprovação, certificação e reconhecimento dos cursos de formação continuada.

**Art. 4º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, em 13 de novembro de 2025.

**GUSTAVO JOSÉ DE ABREU**  
Prefeito Municipal





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**MENSAGEM 133/2025**

Santo Amaro da Imperatriz/SC, em 13 de novembro de 2025.

Excelentíssimo Vereador

**JULIO JACOB BROERING NETO**

Presidente da Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz

Senhor Presidente,

Cumpre-me passar às mãos de Vossa Excelência, para devida apreciação desta colenda Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei Complementar que **“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 303, DE 27 DE MARÇO DE 2024, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS DO QUADRO FUNCIONAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL, PARA INCLUIR REQUISITO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL AO CARGO DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

A iniciativa tem por finalidade adequar o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Municipal às diretrizes nacionais de educação inclusiva, assegurando que os profissionais que atuam diretamente com crianças da Educação Infantil, especialmente aquelas pertencentes ao público-alvo da Educação Especial, possuam formação mínima específica na área, em consonância com a legislação federal e com as políticas públicas atualmente vigentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), em seu art. 59, inciso III, determina que os sistemas de ensino assegurem “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Esse comando legal evidencia que o atendimento ao estudante com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação exige formação específica, não se tratando de atividade que possa ser desempenhada por profissional sem preparo técnico mínimo.

Na mesma linha, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015) impõe ao poder público o dever de garantir formação inicial e continuada em práticas pedagógicas inclusivas, bem como a formação de profissionais de apoio escolar e de atendimento educacional especializado. Fica claro, portanto, que a educação inclusiva não se resume à matrícula, mas envolve a oferta de recursos humanos qualificados, aptos a promover participação, aprendizagem e acessibilidade.

Mais recentemente, a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, instituída em âmbito federal, definiu parâmetros mínimos de formação para professores do Atendimento Educacional Especializado e profissionais de apoio escolar, estabelecendo carga horária mínima de 80 (oitenta) horas de formação específica na área de Educação Especial e Inclusiva. Esse novo marco normativo reforça a necessidade de que os sistemas de ensino – inclusive os municipais – qualifiquem e regulamentem os perfis profissionais que atuam diretamente com estudantes público-alvo da Educação Especial.

No âmbito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, a Lei Complementar nº 303/2024 já representa importante avanço, ao reconhecer a Educação Especial e Inclusiva como área de atuação do Magistério Municipal, instituir cargos específicos e organizar o quadro de vagas para atendimento desta política pública. Entre os cargos criados, destaca-se o de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, vinculado ao Grupo Ocupacional de Atividades Operacionais, com atuação direta nas unidades de Educação Infantil.

Na prática, o Auxiliar de Desenvolvimento Infantil desempenha funções que vão muito além do mero apoio operacional, participando do cuidado, apoio às rotinas escolares, acompanhamento de atividades e mediação de interações das





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

crianças, inclusive daquelas com deficiência ou com outras necessidades educacionais especiais. Esse contato cotidiano e direto com o público-alvo da Educação Especial torna indispensável que o ocupante do cargo possua, ao menos, formação básica estruturada em Educação Especial e Inclusiva, sob pena de se fragilizar a própria política de inclusão.

O Projeto ora apresentado propõe, de forma objetiva e razoável, que o Anexo V da Lei Complementar nº 303/2024 seja alterado para incluir, entre os requisitos de habilitação para o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, a exigência de certificação em curso de formação continuada na área de Educação Especial e Inclusiva, com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas, reconhecido pela Secretaria Municipal de Educação. Trata-se de patamar mínimo em consonância com a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e compatível com a natureza das atribuições exercidas.

Importa destacar que:

a) o requisito proposto não impede a participação de candidatos, mas apenas condiciona o provimento do cargo a uma formação específica mínima, que poderá ser obtida inclusive por meio de parcerias, convênios e ofertas de cursos de formação continuada, estimulando a qualificação profissional;

b) o parâmetro de 80 horas, fixado em nível nacional para formação mínima de profissionais que atuam no atendimento educacional de estudantes público-alvo da Educação Especial, revela-se adequado, proporcional e alinhado às boas práticas da educação inclusiva, permitindo ao Município manter-se atualizado frente à normatização federal;

c) a exigência de que tal requisito conste expressamente dos editais de concurso público e de processo seletivo simplificado reforça a transparência, a segurança jurídica e o princípio da isonomia entre os candidatos, evitando interpretações divergentes em futuras seleções.

Do ponto de vista pedagógico, a medida contribuirá para: qualificar o atendimento às crianças com deficiência, transtorno do espectro autista e outras necessidades educacionais especiais na Educação Infantil; reduzir práticas





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

improvisadas e o risco de condutas inadequadas por falta de preparo; fortalecer a articulação entre professores regentes, equipe de apoio e serviços de Atendimento Educacional Especializado, na perspectiva de um projeto pedagógico verdadeiramente inclusivo; e alinhar o Plano de Cargos do Magistério Municipal aos parâmetros contemporâneos da educação inclusiva, valorizando a formação dos profissionais.

Do ponto de vista administrativo, a alteração sugerida é simples, de baixo impacto financeiro imediato e de alto impacto qualitativo, pois se limita a ajustar o requisito de ingresso no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, preservando a estrutura remuneratória e as demais disposições da Lei Complementar nº 303/2024.

Diante do exposto, entendendo que a proposta está em consonância com a Constituição Federal, com a LDB e com a Lei Brasileira de Inclusão, observa as diretrizes mais recentes da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e fortalece a política municipal de educação inclusiva, sem criar ônus desproporcional ao erário, submeto o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação dessa Casa Legislativa, na certeza de que contará com o apoio dos(as) nobres Vereadores(as), em especial pelo seu compromisso com a inclusão, a qualidade da educação e a proteção integral da criança.

Colocamo-nos à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

---

**GUSTAVO JOSÉ DE ABREU**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

